

A NECESSIDADE HISTÓRICA DA CONSCIÊNCIA REVOLUCIONÁRIA: GÊNESE ONTOLÓGICA DA CONSCIÊNCIA E DOS VALORES

Jessica Martins Marques Luiz de Moura¹

RESUMO

Este estudo apresenta apontamentos acerca da formação educacional da consciência crítica, buscando a gênese e a função social da consciência e dos valores humanos a fim de compreender tais categorias nas relações social do capital. Para tanto, o estudo está fundamentado no “*O Capital*” de Karl Marx, na “*Ontologia do ser social*” de Georg Lukács, em outras publicações dos autores e em pesquisas de autores marxistas e não marxistas. Os resultados apontam que a formação de consciência crítica pode contribuir com as demandas sociais, porém é compatível às reformas do capital. Isso coloca a necessidade histórico-social da consciência revolucionária, pois associada a políticas e práticas sociais revolucionárias têm por finalidade última a emancipação humana, a transformação radical da base econômica, o trabalho associado. A conclusão aponta a consciência revolucionária como possibilidade posta na atualidade e resgata as *Atividades educativas emancipadoras* de Tonet (2014) como uma *práxis* revolucionária na qual a finalidade é a emancipação humana.

Palavras-Chave: Valores; Consciência crítica; Consciência Revolucionária.

THE HISTORICAL NECESSITY OF REVOLUTIONARY CONSCIOUSNESS: ONTOLOGICAL GENESIS OF CONSCIOUSNESS AND VALUES

ABSTRACT

This study presents notes about the educational formation of critical consciousness, seeking the genesis and social function of consciousness and human values in order to understand such categories in the social relations of capital. Therefore, the study is based on Karl Marx's “*Capital*”, on Georg Lukács's “*Ontology of the social being*”, on other publications by the authors and on research by Marxist and non-Marxist authors. The results indicate that the formation of critical consciousness can contribute to social demands, but it is compatible with capital reforms. This raises the social-historical need for revolutionary consciousness, as associated with revolutionary social policies and practices, their ultimate purpose is human emancipation, the radical transformation of the economic base, associated work. The conclusion points to revolutionary consciousness as a possibility put forward today and rescues Tonet's *Emancipatory Educational Activities* (2014) as a revolutionary praxis in which the purpose is human emancipation.

Keywords: Values; Critical awareness; Revolutionary Consciousness.

¹ Doutora em educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora da rede municipal de educação de Maringá-PR. E-mail: jessicammmluiz@hotmail.com; jessica.mmluiz@gmail.com

Introdução

Regularmente, estudiosos da educação apontam a necessidade de formar indivíduos em uma perspectiva crítica que propicie consciências críticas capazes de conhecerem e interverem socialmente. Tal indicação também é claramente recomendada por documentos educacionais nacionais e internacionais. No entanto, é válido questionar: qual a gênese ontológica da consciência? Qual a finalidade da consciência crítica? Os valores histórico-sociais atuais têm por finalidade a revolução social? Quais alternativas histórico-sociais são possíveis à consciência revolucionária? Partindo desses questionamentos, este estudo pretende apresentar apontamentos acerca da formação educacional da consciência crítica buscando a gênese e a função social da consciência e dos valores humanos a fim de compreender tais categorias nas relações social do capital. Para tanto, o estudo está fundamentado no “*O Capital*” de Karl Marx, na “*Ontologia do ser social*” de Georg Lukács, em outras publicações dos autores e em pesquisas de autores marxistas e não marxistas.

De acordo com o constructo teórico de Marx (2013) e Lukács (1986), a categoria trabalho corresponde a uma “protoforma”, ou seja, um modelo para as demais *práxis* sociais. Isso faz com que todas as esferas do ser social tenham uma autonomia relativa e dependência ontológica da categoria trabalho, ou seja, nenhuma categoria pode ser adequadamente compreendida de forma isolada, apesar de ela ter especificidades, está estreitamente relacionada ao trabalho (TONET, 2013b).

Afirmção materialista-histórica: Gênese e função social da consciência e dos valores em sentido ontológico

Ao discutir a problemática da consciência em autores existencialistas, Lukács (2020, p. 223) explica que, para a dialética materialista “[...] no processo do conhecimento humano, a dialética subjetiva é o reflexo da dialética objetiva da realidade, e que, em função da estrutura da realidade objetiva, esse processo de reflexo se dá também de modo dialético e não mecânico [...]”. Portanto, a consciência é o reflexo da realidade objetiva na mente humana, ou seja, a consciência é a representação subjetiva da realidade objetiva. Isso quer dizer que a consciência não é o fundante, o fundante é o trabalho, uma ação conscientemente orientada e que, ao mesmo tempo em que é determinado pelas relações do trabalho, também determina essas relações, o homem desenvolve ações conscientes da realidade.

A consciência, assim como os valores, tem uma dependência ontológica e uma autonomia relativa do trabalho, pois, conforme o trabalho se complexifica, surgem, no ser social, necessidades mais complexas, que não podem ser atendidas por essa atividade. Essas necessidades impulsionam relações para além do trabalho cada vez mais diversificadas - do estômago à fantasia (MARX, 2013). Conforme explica Tonet (2013b),

[...] o trabalho tem, desde o início, em sua natureza essencial, a possibilidade de produzir mais do que o necessário para a reprodução daquele que o realizou. Por isto ele é o fundamento de uma complexificação cada vez maior do ser social. Esta complexificação, que tem na divisão do trabalho um dos seus momentos mais importantes, implica que, ao longo do processo, surjam necessidades e problemas, cuja origem última está no trabalho, mas que não poderiam ser atendidas diretamente na esfera dele. Daí o nascimento de outras esferas de atividade – tais como linguagem, ciência, arte, direito, política, educação, etc. – cujos germes podem, às vezes, se encontrar já no próprio trabalho, para fazer frente a estas necessidades e problemas. Por sua vez, a estrutura fundamental destas atividades é a mesma da estrutura do trabalho. No entanto, nem a ele se reduzem nem são dele diretamente dedutíveis. Todas elas têm uma dependência ontológica em relação ao trabalho, mas a função a que são chamadas a exercer exige que elas tenham em relação a ele uma distância – base da autonomia relativa – sem a qual não poderiam cumpri-la. Daí a sua especificidade. (TONET, 2013b, p.93),

O que difere o homem dos animais é o trabalho, ato fundante do ser social que impulsionou o salto ontológico, um recuo das barreiras naturais que regem o ser social dando prevalência para às leis históricas e sociais. Essa mudança “[...] se trata de uma passagem que implica num salto – ontologicamente necessário – de um nível de ser a outro, qualitativamente diferente”² (LUKÁCS, 1986, p. 2). De acordo com esse fundamento, os valores não podem se originar de características ou determinações biológicas, uma vez que essas são secundárias às determinações históricas e sociais. Acentua-se aqui a determinação histórica e social dos valores.

O salto ontológico só é possível pela atividade do trabalho, em que para suprir uma necessidade, o homem transforma, intencionalmente, a natureza. Suas ações são guiadas por uma finalidade, pois “não está inscrito na estrutura biológica do ser

² De acordo com Engels (1876), Marx (2013), Lukács (1986), Lessa (2012) e Costa (2012) o salto ontológico define a passagem do ser orgânico para o social, mas não se resume a uma continuidade natural do processo evolutivo, o que se tem é um recuo dos determinantes biológicos. Nas palavras de Lukács (1986, p. 3) “a essência do salto é constituída por esta ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de forma imediata ou gradual, no tempo, da nova forma de ser”.

humano o conhecimento a respeito do que é ou não adequado à satisfação das suas necessidades” (TONET, 2016, p. 36)

Nas palavras de Marx (2013, p. 255) “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. Por isso, Marx entende o trabalho como o *reino da necessidade*, sem o qual não há vida humana. O trabalho é uma “[...] condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, **condição natural eterna da vida humana** e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais” (MARX, 1996, p. 303, grifo nosso).

Na relação com a natureza para suprir necessidades, o que difere a ação animal do trabalho é que – “o trabalho apenas existe no interior do ser social, é uma categoria exclusivamente do mundo dos homens” (LESSA, 2012, p. 34) – é o pôr teleologicamente orientado que implica no estabelecimento de uma finalidade e a busca dos meios para supri-la. O que difere o homem do animal é o trabalho e não as “possibilidades de sua consciência”, uma vez que, estas estão condicionadas pela base material da sociedade. Essa relação com a natureza não é instintiva, pois, “além do esforço dos órgãos que trabalham, a atividade laboral exige a vontade orientada a um fim [...]” (MARX, 2013, p. 256).

Na análise do trabalho em sentido abstrato, ou seja, de modo isolado, possível somente como forma explicativa, compreende-se que a ação de pôr um elemento novo na natureza, orientada por uma finalidade

[...] possui categorias que se relacionam entre si e estão intimamente conectadas, como a finalidade, a causalidade posta, a objetivação, a ideação, a busca dos meios, o reflexo, a alternativa, a possibilidade, a potencialidade, a avaliação e o valor. (LUIZ, 2017, p. 106).

Diferente da causalidade natural, entendida como acontecimentos naturais, independentes da interferência humana, a causalidade posta é resultante da ação humana, é uma ação consciente, uma teleologia que “[...] por sua própria natureza, é uma categoria posta: todo processo teleológico implica uma finalidade e, portanto, numa consciência que estabelece um fim” (LUKÁCS, 1986, p. 5). A causalidade posta é a objetivação, a concretização da finalidade estabelecida inicialmente “[...] no interior do trabalho a objetivação efetiva a síntese, entre teleologia e causalidade [...]”

(LESSA, 2012, p. 65). A teleologia é uma prévia ideação, uma projeção, do objeto a ser objetivado e dos possíveis meios para sua concretização.

A busca dos meios adequados para a objetivação da finalidade estabelecida pressupõe escolhas mediadas pelo julgamento da utilidade de cada meio disponível. Portanto,

[...] a busca tem uma dupla função: de um lado evidenciar aquilo que em si mesmo governa os objetos em questão independente de toda consciência; de outro lado, descobrir neles aquelas novas conexões, aquelas novas possíveis funções que, quando postas em movimento, tornam efetivável o fim teleologicamente posto. (LUKÁCS, 1986, p. 8).

A disponibilidade dos meios possíveis à objetivação é histórica e social, ou seja, estão diretamente relacionados às condições materiais de sua época. Também dependem diretamente da ciência que contribui com o conhecimento acerca da adequação ou não do meio para alcançar determinado fim. Aqui estabelece que: “[...] o ponto no qual o trabalho se liga ao pensamento científico e ao seu desenvolvimento é, do ponto de vista da ontologia do ser social, exatamente aquele campo por nós designado como busca dos meios” (LUKÁCS, 1986, p. 9).

A busca dos meios e o conhecimento científico pressupõe a apreensão do real pela consciência, tal apreensão se caracteriza por um reflexo da realidade, uma projeção na mente humana do objeto investigado. A apreensão do real pressupõe a abstração, uma capacidade subjetiva existente apenas no ser social. Considerando que “[...] sua gênese e seu desenvolvimento vêm associado à complexa totalidade consubstanciada pelo trabalho” (LESSA, 2012, p. 84). O reflexo é reflexo de algo já existente, assim como só é possível abstrair algo que já está posto na realidade concreta. Desse entendimento, tem-se que a subjetividade e a consciência pressupõem uma prévia existência daquilo que é pensado, ou seja, a consciência é determinada pela materialidade existente ao mesmo tempo que determina as ações humanas. O trabalho é a ação consciente do homem, portanto, a consciência se desenvolve pelo trabalho. Essa relação não é mecânica, pois além dessa dependência ontológica do trabalho, a consciência tem uma autonomia que a impulsiona para além dele, ao mesmo tempo em que age sobre a realidade, a consciência é ativa, ou seja, ela modifica e é modificada pela realidade.

Com o avanço do conhecimento científico associado à complexificação do trabalho, há uma ampliação de alternativas que têm a potencialidade, de acordo com

as condições histórico-materiais de sua época, de serem postas em movimento pelo real. Portanto, as possibilidades são determinadas pela materialidade das relações estabelecidas e o fato de conterem a potência de serem materializadas permite ao homem a escolha, que em última instância, é determinada pela concretude da produção da vida, o trabalho.

O julgamento da alternativa que tem a potencialidade de melhor atender a finalidade previamente estabelecida, bem como a escolha daquela que é mais adequada pressupõe uma avaliação da utilidade do meio escolhido. A alternativa escolhida deve, em última instância, atender ao valor de uso necessário à objetivação da teleologia. Da escolha, tem-se um processo valorativo.

Portanto, no que se refere à gênese ontológica do valor, devemos partir do fato de que, no trabalho como produção de valor de uso (bens), a alternativa do que é útil ou inútil para a satisfação das necessidades entra como um elemento ativo do ser social. (LUKÁCS, 1986, p. 39).

Lukács (1986) compreende que a gênese dos valores está no trabalho e que, em última instância, expressam a relação entre objetividade e subjetividade, sendo que a objetividade é o polo regente da determinação do valor. Logo, os valores são históricos e sociais, pois expressam as relações sociais do modo de produzir a vida – trabalho –, bem como o conjunto de ideias e princípios (consciência) predominantes de uma organicidade social.

Portanto, os valores nem são puramente subjetivos nem decorrências diretas da materialidade dos objetos, mas uma dimensão ontológica puramente social, inexistente na natureza, e que corresponde a um elemento essencial – certamente não único - da nova objetividade que consubstancia o mundo dos homens. (LESSA, 2012, p. 120).

No que se refere à função social do valor, esta depende da relação social de produção estabelecida, pois algo só terá valor se atender à sua função que varia de acordo com o trabalho. Vale destacar que apesar de a gênese e função social dos valores estarem na base material da produção da vida humana, eles não se resumem à atividade do trabalho, uma vez que as necessidades humanas vão se diversificando e aumentando a complexificação do trabalho, dando origem a necessidades que não são atendidas diretamente pelo trabalho. Assim como os demais complexos sociais, os valores têm, tanto uma dependência ontológica, como uma autonomia relativa do trabalho.

Ao transformar a realidade, o ser social modifica a si mesmo “na *práxis* humano-social, ao objetivar um novo objeto o sujeito se exterioriza, expressa, ao mesmo tempo, a sua interioridade de sujeito criador [...]” Costa (2012, p. 34). As mudanças são observáveis não apenas no indivíduo singular que exterioriza o objeto, mas também no gênero humano. Nesse sentido,

[...] cada ato singular se articula com a totalidade social, pois toda ação individual expressa elementos, historicamente determinados, da generalidade humana. Essa relação entre indivíduo e gênero é uma condição para a reprodução humana e independe da consciência dos indivíduos. Disso podemos concluir que, os valores singulares se elevam à esfera universal, do mesmo modo que são influenciados pela generalidade humana. (LUIZ, 2017, p. 115).

Na perspectiva materialista-histórica, a consciência tem uma dependência ontológica do trabalho, ou seja, a sua forma de ser depende da materialidade na qual o homem produz sua existência. Com isso, o homem faz escolhas constantemente, tanto no que se refere ao processo de trabalho quanto nas demais esferas de atividades diárias. No entanto, sua escolha se limita às alternativas possíveis histórica e socialmente em determinado período. Assim sendo,

[...] a liberdade tem sempre uma forma histórica e socialmente concreta e determinada. Em última análise é o trabalho, isto é, a transformação da natureza, o responsável pelo tipo de liberdade que o ser humano terá, sem que isso implique nenhuma relação mecânica entre a liberdade no trabalho e em outras dimensões da atividade humana (TONET, 2016, p. 110).

Vale destacar que, nessa perspectiva a liberdade plena diz respeito à possibilidade histórico-concreta de o homem desenvolver suas potencialidades, é a emancipação humana, pois, “[...] quando Marx fala de emancipação humana está, claramente, se referindo a uma forma concreta de sociabilidade na qual a humanidade alcança o grau de liberdade mais amplo possível” (TONET, 2016, p. 105).

Evidentemente tem-se, na fenomenologia, que o conhecimento e os valores emanam da consciência, do indivíduo singular, independente da materialidade. Essa posição define uma concepção de homem e de sociedade, tais entendimentos, interferem diretamente na educação e na formação de princípios.

A afirmação da consciência como determinante do homem, bem como, a subjetividade como polo regente da busca pelo conhecimento, característico da fenomenologia, tem como efeito a educação centrada no aluno. De acordo com Martins e Bicudo (1983, p.45) “a educação centrada no aluno é aquela que se

preocupa, primeiramente, com a realização do ser do estudante [...] centrar-se na pessoa que está sendo educada e não na área de conhecimento estudada”. Nessa perspectiva,

A aquisição do conhecimento só é real e verdadeira quando for um conhecimento adquirido pelo próprio sujeito, mesmo quando resulte de um diálogo. A verdade só é verdade quando o Ser dela se apropria [...] o Ser se apoderará das verdades somente quando suas emoções, suas convicções sobre aquilo que conhece e quando nenhum outro poder externo possa vir a questionar ou retirar essas convicções. (MARTINS; BICUDO, 1983, p. 28).

O conhecimento se dá por meio da experiência do indivíduo com seu exterior, uma vivência possibilitada pelos sentidos, na qual as sensações corporais fundam um *mundo sensível*. Desse entendimento provem a afirmativa de que “[...] é possível enfocar um objeto sob diferentes perspectivas, as quais são humanas e, portanto, expressam diferentes modos de ver e não uma verdade absoluta” (MARTINS; BICUDO, 1983, p. 46). Portanto, o conhecimento não é universal, não é coletivo, não é nem mesmo a captura da essência do objeto, da forma como ele realmente se apresenta independente da vontade daquele que o observa; ou seja, ele é individual e puramente subjetivo. Se o conhecimento é determinado pela subjetividade como polo regente na compreensão do real, cada indivíduo terá uma visão singular e consequentemente uma verdade, então tudo depende do ponto de vista.

Isso justifica a importância atribuída ao papel que cada indivíduo assume, pois, “dentre os temas centrais da educação humanística ou humanizante encontram-se a pessoa, vista como um todo, o conhecimento, enquanto ato criador, a experiência vivenciada e a autorrealização [...]” (MARTINS; BICUDO, 1983, p. 47).

Na perspectiva materialista-histórica, o ser social se apropria do conhecimento produzido ao longo da história pela humanidade por meio da educação. Essa apropriação ocorre ao longo da vida, numa relação entre os homens mediada pela educação - no sentido mais amplo da palavra - para se tornarem membro do gênero humano.

[...] o ser singular (ainda não individuado), que tem potencialidade de se tornar membro do gênero humano, só pode aceder a esse estatuto na medida em que tenha acesso aos bens materiais e espirituais necessários à sua plena realização. Tudo que se interpuser como obstáculo a esse acesso – não importa de que cultura faça parte – deve ser condenado como um valor nocivo. (TONET, 2016, p. 138).

Ao definir que a consciência determina os objetos, a fenomenologia e o existencialismo priorizam a individualidade. Partindo da perspectiva marxista, tal compreensão pode ter dois graves resultados: no entendimento que as mudanças individualmente são suficientes para mudar a realidade, e na perda da coletividade, do reconhecimento do indivíduo como membro do gênero humano, e consequentemente o estranhamento à classe social a qual pertence.

Para a fenomenologia, o polo regente da problemática do conhecimento está na subjetividade, assim têm-se que:

a realidade objetiva é uma criação da subjetividade, é resultado das ideias. Como consequência, o caráter da realidade objetiva dependerá da natureza das ideias. Quanto melhor o momento subjetivo (ideias, valores, leis, educação, etc.) melhor será a realidade objetiva. (TONET, 2016, p. 47).

Já para a concepção marxista do conhecimento “[...] a prioridade se encontra do lado da realidade objetiva. Isto significa que, por mais que a consciência tenha um papel realmente ativo, ela é sempre consciência de algo, isto é, ela reflete algo que está fora dela” (TONET, 2016, p. 48). Ou seja, a *práxis*, união entre teoria e prática – subjetividade e objetividade – expressa a objetividade da realidade social, uma união indissolúvel entre a objetivação e a subjetividade.

Nessa perspectiva, os seres humanos existem historicamente não porque pensam e sim porque produzem seus meios de subsistência e os seus meios de produção. O homem começa a se distinguir dos animais a partir do trabalho (salto ontológico), produzindo sua vida material, logo, “a produção de ideias, de representações e da consciência está, no princípio, diretamente vinculada à atividade material e o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real” (MARX; ENGELS, 2005, p. 51). Portanto, “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 2005, p. 52).

Isso implica que, a análise da problemática das esferas do ser social, bem como suas múltiplas relações com a natureza e com o outro “[...] coincide, portanto, com sua produção, tanto com o *que* produzem como com o *modo* como produzem. O que os indivíduos são, por conseguinte, depende das condições materiais de sua produção (MARX; ENGELS, 2005, p. 45, *grifos dos autores*).

A concepção fenomenológica da ciência ganha destaque ao fazer oposições ao positivismo, colocando a subjetividade como polo regente na busca pelo conhecimento. Portanto, “[...] a fenomenologia existencial busca as soluções na

descrição da experiência imediata” (MARTINS; BICUDO, 1983, p. 38). Ao vivenciar a experiência de um objeto que se doa, o indivíduo consegue, por meio dos seus sentidos, criar o objeto na consciência. Daí resulta o significativo enfoque dado à consciência, pois é ela que, em última instância, determina a realidade que, por sua vez, é variável de acordo com cada indivíduo.

As formulações existencialistas e fenomenológicas sustentam essa prerrogativa afirmando algo semelhante para os valores:

É, sem dúvida alguma, uma ideia fecunda a de que a mente humana não atua somente por meio de novas descobertas, mas também por meio da criação de novos valores. Os valores e as modificações na tábua de valores são possíveis quando o homem abre sua consciência para o mundo e para os outros. Para isso é preciso que ele conheça a sua espiritualidade. Somente quando o homem é espiritual é que é livre das amarras da culpa, assim como é livre para servir a Deus e à humanidade. (MARTINS; BICUDO, 1983, p. 24).

Porém, conforme esclarece Lukács (1986) são as necessidades reais que orientam os processos valorativos, pois,

[...] o caráter específico do valor que se realiza: sua tendência que brota diretamente da personalidade do homem, sua auto validação como continuidade do núcleo íntimo do gênero humano. O verdadeiro nexos social se revela antes de mais nada no fato de que o momento por excelência decisivo da mudança, da reinterpretação, está sempre **ancorado nas necessidades sociais de cada época**. São essas necessidades que estabelecem se e, como alternativa assim fixada, deve ser interpretada. (LUKÁCS, 1986, p. 46, grifo nosso).

Na compreensão acerca das posições teleológicas, evidencia-se a necessidade do conhecimento científico que orientará a escolha dos meios mais adequados para atender uma finalidade. Em decorrência, tem-se um salto para fora da natureza, que significa um recuo das barreiras naturais, uma predominância das leis históricas e sociais que regem o ser social. Portanto,

Somente no trabalho, quando põe os fins e os meios de sua realização, com um ato dirigido por ela mesma, com a posição teleológica, a consciência ultrapassa a simples adaptação ao ambiente. [...] na medida em que a realização de uma finalidade se torna um princípio transformador e reformador da natureza, a consciência que impulsionou e orientou um tal processo não pode ser mais, do ponto de vista ontológico, um epifenômeno. (LUKÁCS, 1986, p. 13).

A consciência humana não é um produto accidental ou acessório ao ser orgânico, ela é o reflexo da realidade, reflexo dos objetos que existem. Portanto, o sujeito reflete os objetos de maneira mais próxima ou mais distante da realidade de

acordo com o reflexo que tem dele. O reflexo, ou a reprodução dos objetos na consciência humana não é uma cópia fiel da realidade “elas são sempre determinadas pelas finalidades, vale dizer, em termos genéticos, pela reprodução social da vida, na sua origem pelo trabalho” (LUKÁCS, 1986, p.15).

[...] no reflexo da realidade como premissa da presença de fim e meio no trabalho, se realiza uma separação, um afastamento do homem do seu ambiente, uma tomada de distância que se manifesta claramente no confronto mútuo entre sujeito objeto. No reflexo da realidade a reprodução se destaca da realidade reproduzida, coagulando-se numa *realidade* própria da consciência. Pusemos entre aspas a palavra realidade, porque, na consciência, ela é apenas reproduzida. (LUKÁCS, 1986, p. 14).

Ao analisar a relação sujeito-objeto, a teoria existencialista de Kierkegaard faz uma separação entre eles, estabelecendo uma superioridade na alma/espírito por determinar os valores.

Essa distinção coloca Kierkegaard numa posição essencialmente dualista. De um lado o homem é corpo e alma e se apresenta como um animal desenvolvido e situado numa escala superior. Por outro lado, o homem é espírito, capaz de assumir decisões éticas e religiosas e de auto conscientizar-se. Está incluída nessa situacionalidade e tomada de decisões a prioridade do espiritual sobre o animal e, consequentemente, a capacidade de ordenar valores. (MARTINS; BICUDO, 1983, p. 23-24).

Apesar de aparente oposição, consciência e o corpo humano são partes constituintes de uma unidade indissolúvel, o ser social. Por um lado, a existência e a atividade da consciência estão ligadas ao curso biológico do organismo, portanto a consciência nasce e morre com o corpo, por outro lado, o corpo é o órgão executivo das posições teleológicas que só podem existir pela consciência (LUKÁCS, 1986). Com isso, ressalta-se que do ponto de vista ontológico, não é possível compreender o homem a partir da dicotomização entre corpo e mente, pois ambos são constituintes de uma unidade indivisível.

Na perspectiva marxista, o reflexo é uma representação do objeto na mente humana, portanto, não é o objeto em si, mas uma imagem que representa o objeto tal como ele é independente das vontades e desejos daquele que o observa, portanto, na relação sujeito-objeto este último é o polo regente do processo de descoberta. A perspectiva fenomenológica de compreensão da relação sujeito-objeto coloca o indivíduo no centro do processo investigativo ao passo que os sentidos, as sensações e a vivência possibilitam a descrição do objeto criado pela consciência.

Ao analisar minuciosamente o trabalho como fundante do ser social, Lukács (1986) faz uma distinção entre as posições teleológicas primárias e as secundárias. As primeiras dizem respeito à transformação da natureza pelo homem para suprir uma necessidade, já as de segundo tipo correspondem às relações sociais, ou seja, entre os homens, isso porque, apesar de constituir a natureza, o homem, ser social, se distingue dela ao passo que é regido predominantemente por leis históricas e sociais, não é limitado pelas leis orgânicas e biológicas.

Lukács (1986, p. 43) diferencia as posições primárias, aquelas que transformam a própria natureza, das posições secundárias que “[...] tem como fim primeiro a ação sobre a consciência de outros homens com o fim de induzi-los às posições teleológicas desejadas”. As posições secundárias envolvem questões mais complexas e, embora mantenha dependência ontológica da economia, correspondem às relações entre os homens, aos complexos sociais e têm a função de “regular melhor a reprodução social”. Nesse sentido,

Os indivíduos que formam a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência e, por conseguinte, pensam; uma vez que dominam como classe e determinam todo o âmbito de um tempo histórico, é evidente que o façam em toda a sua amplitude e, como consequência, também dominam como pensadores, como produtores de ideias, que controlam a produção e a distribuição das ideias de sua época, é que suas ideias sejam, por conseguinte, as ideias dominantes de um tempo. (MARX; ENGELS, 2005, pg. 78).

De acordo com o materialismo-histórico a consciência, assim como os demais complexos sociais, mantém uma dependência e uma autonomia da forma de ser do trabalho que fundamenta a reprodução humana em uma sociedade.

O que a eles (Marx, Lukács e Mészáros) é estranho é a concepção idealista de que o ser das classes, a sua existência na reprodução social, dependa da consciência que tenham de si próprias. Tendo-se consciência de seu ser, uma classe tende a intervir nas lutas sociais de modo qualitativamente superior. Contudo, a mera possibilidade da consciência para-si de uma classe depende de sua existência social, e não o inverso. (LESSA, 2014, p. 251).

Ao colocar algo novo na natureza por meio da posição teleológica, o homem expressa sua interioridade ao fazer escolhas de alternativas e ao fazer julgamento no processo valorativo. Nas posições teleológicas, além de modificar a natureza, o homem modifica a si mesmo enquanto indivíduo e membro do gênero humano, pois a objetivação gera uma ação de retorno sobre o mesmo e sobre a totalidade social. De acordo com Lukács (1986) esse retorno ocorre de duas maneiras: exteriorização

(*Entäusserung*) quando impulsiona o desenvolvimento das potencialidades humanas ou alienação (*Entfremdung*) quando impede tal desenvolvimento. Lessa (2012, p. 122) explica que “o que os distingue é ser a alienação uma ação que reproduz a desumanidade socialmente posta, enquanto a exteriorização é o movimento de autoconstrução do gênero humano”. Portanto,

[...] ou os valores impulsionam as individualidades a posições teleológicas mais mediadas socialmente, mais genéricas, valorizando positivamente as reais exigências postas pelo desenvolvimento da humanidade enquanto gênero, ou, pelo contrário, estimula a adoção de alternativas centradas na particularidade da individualidade que se compreende como mônada (LESSA, 2012, p. 132).

Conforme analisado anteriormente, a busca dos meios mais adequados para realizar uma finalidade, é indispensável às posições teleológicas. Para satisfazer uma necessidade é preciso encontrar os meios mais adequados e isso requer o conhecimento. Portanto,

[...] **a busca dos meios** e processos naturais que precede a posição da causalidade na criação dos meios é constituída essencialmente por atos cognitivos reais, ainda que não haja, no decorrer, consciência expressa, e deste modo **traz em si o início, a gênese da ciência**. (LUKÁCS, 1986, p. 11, grifo nosso).

A ciência é responsável por pôr no reflexo da realidade a generalização dos meios, do conhecimento. Considerando que a base econômica de uma sociedade é histórica e social e que, portanto, as relações estabelecidas mantêm dependência da forma como o trabalho se estabelece “[...] o caráter histórico da ciência se revela: muda o que é considerado ciência e muda o que é considerado explicação racional em decorrência de alterações nas condições materiais da vida humana”. (ANDERY, et al, 2007, p. 13).

As mudanças no método investigativo das ciências refletem as condições materiais e históricas do momento que, em última instância, correspondem a uma perspectiva, uma interpretação dos acontecimentos da vida em sociedade. A interpretação do mundo que resulta de uma concepção científica orienta as ações humanas.

Assim, a possibilidade de propor determinadas teorias, os critérios de aceitação, bem como a proposição ou não de determinados procedimentos na produção científica, **refletem aspectos mais gerais e fundamentais do próprio método**. A mudança das concepções implica necessariamente uma nova forma de ver a realidade, um novo modo de atuação para obtenção do

conhecimento, uma transformação no próprio conhecimento. Tais **mudanças no processo de construção da ciência e no seu produto geram novas possibilidades de ação humana, alterando o modo como se dá a interferência do homem sobre a realidade** (ANDERY, et al, 2007, p. 14-15, grifos nosso).

O materialismo-histórico entende a ciência como um reflexo da realidade, como uma ferramenta para interpretar e transformar as condições concretas em direção ao desenvolvimento das potencialidades humanas. Assim sendo, “com essa concepção perde-se, com Marx, a expectativa desse produzir conhecimento neutro, conhecimento que serve igual e universalmente a todos, conhecimento que mantenha o mundo tal como é” (ANDERY, *et. al*, 2007, p. 420). Ademais,

o critério de verdade para ele (Marx) não é um critério da consciência solipsista; é a prática social que aparece como critério de verdade. A questão da teoria, ou mais exatamente, da reprodução ideal do movimento real, remete diretamente à questão do método. (NETTO, 1997, p. 78).

Tão prejudicial ao desenvolvimento humano, quanto a pretensa neutralidade científica, são compreensões desse tipo: “tudo aquilo que sei do mundo, mesmo por ciência, eu o sei a partir de uma visão minha ou de uma experiência do mundo sem a qual os símbolos da ciência não poderiam dizer nada” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 3). Em última instância, é a negação da razão em prol de opiniões pessoais sem embasamento e descolado da realidade histórica e concreta. A negação científica, o irracionalismo que coloca no centro da compreensão do conhecimento os instintos e a intuição não é neutro, sua função social se expressa em sua finalidade de manutenção à ordem social. Historicamente o irracionalismo esteve ligado ao fascismo para combater a ameaça comunista. Portanto, a ciência não é neutra, em última instância, direciona a produção da existência humana à manutenção, reforma ou superação das condições reais.

Considerando que “mudança e permanência são produtos do desenvolvimento social” (LUKÁCS, 1986, p. 46), conscientes ou não, o homem direciona seu pôr teleológico à finalidade que impulsionam mudança ou permanência das condições reais e isso diz respeito à valorização ou não de alternativas. Dessa perspectiva “o ser do ser social se conserva como substância no processo de reprodução; no entanto, este último é um complexo e uma síntese de atos teleológicos que se ligam, de fato, à aceitação ou recusa de um valor” (LUKÁCS, 1986, 45). Desse modo, entende-se que

O desenvolvimento econômico é a espinha dorsal do progresso efetivo. Por isso, os valores determinantes, que se conservam ao longo do processo, são sempre – conscientemente ou não, de modo imediato ou com mediação às vezes bastante amplas – referidos a ele; no entanto, faz objetivamente muita diferença quais momentos deste processo em seu conjunto constituem o objeto da intenção e da ação daquela alternativa correta. É deste modo que os valores se conservam no conjunto do processo social, renovando-se ininterruptamente, é deste modo que eles, a seu modo, se tornam partes reais integrantes do ser social no seu processo de produção, elementos do complexo chamado ser social. (LUKÁCS, 1986, p. 46).

Apontamentos acerca da consciência e dos valores no capital

Partindo do pressuposto de que os complexos sociais mantêm dependência ontológica com a base econômica na qual a sociedade se estrutura, se faz necessário compreender a forma determinante do trabalho assalariado, pois ele é a base do modo de produção capitalista, no qual se reproduz a vida desde o final do século XV e início do século XVI com a produção manufatureira. Vale ressaltar que “a práxis econômica é obra dos homens – através de atos alternativos, - no entanto, sua totalidade forma um complexo dinâmico objetivo, cujas leis, ultrapassando a vontade de cada homem singular, se lhe opõe como sua realidade social objetiva [...]” (LUKÁCS, 1986, p. 41). Portanto, no capital, o homem vai construindo relações sociais que envolvem uma organização e divisão do trabalho fundados na propriedade privada dos meios de produção. Essas relações são a base que estabelece a consciência e os valores dessa sociedade.

Ao desenvolver a compreensão mais fiel à forma como a sociedade capitalista se estrutura e ao clarear os fundamentos necessários para entender as relações humanas que dela resultam, Marx afirma que a forma como os homens se organizam para produzir sua vida material determina as demais relações sociais e que esta está diretamente relacionada ao desenvolvimento das forças produtivas³. Portanto, para compreender a consciência e os valores de uma época, é preciso verificar as condições da vida material na qual os indivíduos estão inseridos. Com isso,

[...] A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com a ajuda das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas,

³ As forças produtivas, seja qual for sua forma de organização social, são compostas pelos meios de produção (os meios e objetos de trabalho) e a força de trabalho.

políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim. **Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformação pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção [...].** (MARX, 2008, p. 45-46, **grifo nosso**).

Tendo em vista a autonomia relativa e a dependência ontológica que os complexos sociais mantêm com o trabalho no capital, Marx (2008, p. 246) esclarece que “a produção não produz, pois, unicamente o objeto do consumo, mas também o modo de consumo, ou seja, produz objetiva e subjetivamente. A produção cria, pois, os consumidores”. Isso indica que não só a atividade do trabalho, enquanto ato de transformação da natureza para suprir uma necessidade, mantêm estreita relação com a estrutura social, mas também as demais atividades e relações que o homem estabelece.

O capital exprime a conjugação de três processos cíclicos, que unidos dão unidade e continuidade na produção capitalista, são eles: capital dinheiro, capital produtivo e capital mercadoria, “os três ciclos têm em comum a valorização do valor como seu escopo determinado como mola propulsora” (MARX, 2014, p. 179). Desse modo, tem-se que:

O capital, como valor que valoriza a si mesmo, não encerra apenas relações de classe, um caráter social determinado e que repousa sobre a existência do trabalho como trabalho assalariado. Ele **é um movimento, um processo cíclico que percorre diferentes estágios** e, por sua vez, encerra três formas distintas do processo cíclico. (MARX, 2014, p. 184, **grifo nosso**).

Considerando que a realidade social objetiva se fundamenta no capital e que ela determina os demais complexos do ser social, como a consciência, a educação, os valores, dentre outros, sua compreensão é indispensável. Considerando, também a complexificação do modo de produção capitalista, limita-se a compreender os fundamentos do capital.

No trabalho assalariado, o trabalhador vende sua mercadoria, força de trabalho, por um quantum de tempo ao capitalista, possuidor de capital (meios de trabalho, matéria-prima e matéria auxiliar), esse último, por sua vez, emprega o capital dinheiro e combina, no processo de produção, suas mercadorias (capital constante) com a mercadoria força de trabalho (capital variável). Tem-se assim, a composição orgânica do capital (capital constante e capital variável). Os meios de trabalho, a matéria-prima

e a matéria auxiliar são capitais constante porque não alteram sua grandeza de valor no processo de produção. Eles transferem o seu valor para a mercadoria produzida. Já a força de trabalho é o capital variável porque modifica seu valor no processo de produção e isso a torna uma mercadoria especial, pois é a única que produz um valor a mais do que o equivalente de seu próprio valor (MARX, 2013).

Parte do tempo em que a força de trabalho é contratada destina-se a produzir o equivalente ao seu próprio valor; que corresponde aos meios de subsistência necessários para que essa força de trabalho se reproduza diariamente (trabalho necessário). A outra parcela do tempo corresponde ao valor a mais, a mais-valia, incorporada à mercadoria pelo trabalhador, mas pertencente ao capitalista (trabalho excedente). Nessa relação tem-se o capital produtivo, a produção e reprodução do capital, que tem por função repetir periodicamente o processo de produção.

O valor da mercadoria, força de trabalho, corresponde ao tempo médio socialmente necessário para produzir seus meios de subsistência. O valor de uma outra mercadoria qualquer corresponde ao tempo necessário para produzir a matéria prima, a matéria auxiliar e os meios de trabalho empregados em sua produção mais o tempo acrescido pela força de trabalho, a mais-valia. Portanto, valor é tempo e a expressão monetária do valor é o dinheiro (MARX, 2013).

No capital, a finalidade última da produção é acumular tempo, ou seja, valor (dinheiro) por meio da mais-valia, tempo cedido gratuitamente pelo trabalhador ao capitalista. O capitalista “[...] quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor” (MARX, 2013, p. 263). Para aumentar o acúmulo de mais-valia é possível aumentar o tempo da jornada de trabalho (mais-valia absoluta) ou então, diminuir o valor dos meios de subsistência da força de trabalho (mais-valia relativa). Ambas as possibilidades são complexas e dependentes das mais variáveis condições (locais, nacionais, geográfica, climática, cultural, política, dentre outras). Além disso, possui limitações, pois os meios de subsistência não podem ser insuficientes a ponto de não possibilitar a reposição da força de trabalho, nem pode a jornada ser tão exaustiva a ponto de exaurir a força de trabalho impedindo-a de realizar sua tarefa.

A relação social estabelecida entre o trabalhador e o capitalista não deve ser julgada do ponto de vista moral, mas sim do econômico. Essa é uma relação juridicamente legal, pois o trabalhador, homem livre, vende sua mercadoria, força de

trabalho, por uma quantidade de tempo (salário) estabelecida em contrato; durante esse tempo produzirá mercadorias de posse do capitalista.

Os movimentos do capital aparecem como ações do capitalista industrial individual na medida em que ele funciona como comprador de mercadorias e de trabalho, vendedor de mercadorias e capitalista produtivo, ou seja, na medida em que, por meio de sua atividade, serve de mediação ao ciclo. (MARX, 2014, p. 184).

O capital-mercadoria (M') corresponde àquela mercadoria que contém os elementos da produção capitalista, ou seja, o capital-dinheiro, os meios de produção, o capital variável e a mais-valia. Ele assume a função de transferir seu valor em um processo de produção que resulta em uma nova mercadoria. Ela é produto e pressuposto do processo produtivo e do capital-dinheiro (D')⁴. Vale lembrar que essa sociedade não se define pela produção de mercadorias, o fundamento decisivo é a valorização do valor.

Nessa sociedade as relações estabelecidas entre os homens são mediadas por mercadorias. As mercadorias produzidas têm valor de uso, utilidade, para os outros homens e está é “[...] uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 2013, p.147).

Na realidade, a produção capitalista é a produção de mercadorias como forma geral da produção, mas o é apenas e cada vez mais à medida de seu desenvolvimento, porque o próprio trabalho aparece aqui como mercadoria, porque o trabalhador vende o trabalho, isto é, a função de sua força de trabalho, e o faz, como pressuposto, pelo valor determinado por seus custos de reprodução [...]. Na relação entre capitalista e trabalhador assalariado, a relação monetária, a relação entre comprador e vendedor torna-se uma relação imanente à própria produção. Porém, tal relação se baseia, segundo seu fundamento, no caráter social da produção, e não no do de intercâmbio; este resulta, ao contrário, daquele. (MARX, 2014, p. 196).

É válido assinalar que mesmo considerando os avanços das forças produtivas e o desenvolvimento das relações sociais que esse modelo econômico sofreu desde sua origem, a base fundante do ser social, o trabalho assalariado, permanece como fundamento. Os fundamentos do capital, no qual o homem reproduz sua existência dão origem a valores orientados predominantemente à manutenção e avanço dessa

⁴ O capital-dinheiro não diz respeito a todo e qualquer dinheiro, ele corresponde àquele dinheiro investido em capital. Essa categoria expressa uma relação social estabelecida, na qual o dinheiro, expressão monetária do valor, se torna capital-dinheiro quando empregado na produção para comprar força de trabalho ou meios de produção.

forma social, o que corresponde à valorização do valor. Em decorrência, há uma valorização das coisas (mercadorias) em detrimento da desvalorização do próprio homem.

Dentre os valores que se originam nessa relação, entre os homens mediada pelas mercadorias e que se elevam ao gênero humano, pode-se destacar o individualismo, que nessas relações dá a falsa noção de que cada um independe do outro. Sua atividade lhe parece alheia a si mesmo e aos demais que não se reconhecem como pertencentes ao mesmo gênero, além disso, também não conseguem se identificar como pertencentes a uma mesma classe social.

Fomentada, especialmente, pela propriedade privada dos meios de produção o valor competição, também intrínseca ao capital, acirra disputas individuais ou coletivas entre indivíduos de uma mesma classe social e, ainda, intensifica o antagonismo das classes sociais. Por outro lado, também é propulsora do desenvolvimento das forças produtivas, algo fundamental para a diminuição do tempo de trabalho.

A cooperação é um valor necessário à humanidade, isso porque, ao longo da vida, o indivíduo precisa do outro para se humanizar, para se apossar das construções históricas e tornar-se membro do gênero humano. No entanto, na sociedade do capital, a cooperação assume uma função específica, que tem por fim contribuir com a acumulação de mais-valia. Isso porque: “aqui não se trata somente do aumento da força produtiva individual por meio da cooperação, mas da criação de uma força produtiva que tem de ser, por si mesma, uma força de massa” (MARX, 2013, p. 401).

Na forma social capitalista, fundada sob o trabalho assalariado, o objetivo da produção humana está na produção de mais-valia. Os valores que se originam dessa relação social mediada por mercadorias são direcionados à manutenção e reprodução do processo cíclico do capital que resulte na valorização do valor. Em última instância, os valores predominantes dessa forma social não estão relacionados com o desenvolvimento das potencialidades humanas, pois as posições teleológicas são mais ou menos orientadas por finalidades que garantem a rotação cíclica do capital. Desde sua origem, as relações capitalistas se estabelecem sob o trabalho assalariado intensificando e ampliando a acumulação de mais-valia, portanto, a estrutura da sociedade se mantém. Com o acirramento dessas relações, têm-se um retrocesso nos comportamentos, na consciência, nos valores, na ciência e demais complexos sociais. De certo,

A crise atual, cuja raiz está nas profundas e insuperáveis contradições que marcam a forma atual de produzir a riqueza, e as inúmeras alienações dela decorrentes, está se agravando cada vez mais. Esta crise implica uma degradação cada vez mais intensa da vida humana em todas as suas dimensões: econômica, política, social, ideológica, científica, filosófica, educativa, moral, artística, etc. (TONET, 2016, p. 144).

Essa organicidade é uma construção histórica e social dos homens, mas apesar de ser o criador, essa forma social toma proporções e complexificações que fogem de seu controle. Além disso, no capital todas as dimensões da vida humana estão mais ou menos conectadas aos fundamentos dessa forma social de produzir sua existência. Até mesmo aquele momento em que o trabalhador não está na jornada de trabalho tem-se a predominância de ele recompor sua força de trabalho, portanto, o tempo livre também atende às necessidades da produção social.

O trabalho estabelece uma inseparável conexão entre a teleologia e a causalidade posta (natureza). Esse intercambio associado às necessidades que não se atendem no trabalho cria formas mais complexas da *práxis* social que se generalizam. No entanto, estas relações e estruturas diferentes do trabalho mantêm uma dependência ontológica dele, pois, “não existe nenhum problema humano que não seja, em última análise, originado e, no seu íntimo mais profundo, determinado pela *práxis* real da vida da sociedade” (LUKÁCS, 1986, p.43).

Nessa sociedade, a finalidade última das posições teleológicas não é a satisfação das necessidades humanas. Certamente as produções devem atender a um valor de uso, ou seja, ter utilidade, mas o que de fato orienta o trabalho é a acumulação de mais-valia, portanto, “aqui os valores de uso só são produzidos porque e na medida em que são o substrato material, os suportes do valor de troca” (MARX, 2013, p.263). Portanto, a produção social é direcionada pelos interesses da classe possuidora desse valor a mais, em outras palavras, o interesse de um grupo se sobrepõe ao coletivo. A escolha das alternativas é guiada por esse interesse que se eleva do indivíduo ao gênero. Em decorrência, intensifica-se as contradições entre indivíduo e gênero.

Essas contradições expressam conflitos ideológicos, embates sociais, desigualdades econômicas e dificulta a identificação do ser social como pertencente a um mesmo gênero, o humano. Para harmonizar tais contradições e tendo como finalidade elevar seu interesse particular a nível universal, a classe dominante

emprega meios para garantir a manutenção e reprodução dessa sociedade, como a educação, os valores e a formação de consciência (ideologia). A classe dominante

[...] vê-se obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seus interesses como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade; ou seja, para expressar isso em termos de ideias; é obrigada a dar às suas ideias a forma de universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais e universalmente legítimas. (MARX; ENGELS, 2005, p. 80).

As contradições existentes entre indivíduo e gênero e entre as classes sociais explicitam problemas reais dessa forma social. Aqueles que captam da realidade problemas que impedem o desenvolvimento humano podem elaborar teorias que vislumbrem a reforma e a reorganização social ou podem elaborar teorias que colocam a necessidade de superar tal sociedade.

Alternativas e possibilidades: consciência crítica e a necessidade histórico-concreta da consciência revolucionária

São as relações sociais estabelecidas sobre uma base econômica que orientaram e condicionam as alternativas possíveis e a escolha dessas alternativas. Portanto, “os homens respondem – mais ou menos conscientemente, mais ou menos corretamente – às alternativas concretas que lhe são apresentadas a cada momento pelas possibilidades do desenvolvimento social. E aqui já está implícito o valor”. (LUKÁCS, 1986, p.45). A escolha das alternativas implica um julgamento, um processo valorativo que orienta as escolhas sociais e individuais que se elevam a todo gênero humano.

O valor das posições alternativa-teleológicas diz respeito à intenção de levar a diante ou frear as tendências que direcionam o processo histórico-social, ou seja, a totalidade das relações sociais em movimento. Portanto, ‘os valores são objetivos porque são partes moventes e movidas da totalidade do desenvolvimento’ (LUKÁCS, 1986, p. 46). Esse pressuposto inviabiliza a pretensão de conceber valores a partir de uma consciência autônoma à realidade que a fundamenta. Portanto, está interdita a possibilidade de mudanças nas relações sociais a partir de um conjunto de valores originados de um epifenômeno da consciência. Mas, contraditoriamente, por mover a totalidade do desenvolvimento humano, os valores podem viabilizar mudanças postas a partir de uma teoria revolucionária.

No que se refere especificamente às formulações teóricas de um indivíduo ou classe social, pertencente à sociedade capitalista, Tonet (2013b) esclarece que:

Ao elaborarem as suas teorias eles estarão, pois, respondendo, consciente ou inconscientemente, aos interesses de alguma classe social. Não se trata, obviamente, de uma relação mecânica entre indivíduo e classe. Isso é evidenciado até pelo fato de que um indivíduo pode pertencer a determinada classe e assumir a perspectiva de outra ou contrapor-se às exigências imediatas de sua classe. A tradução teórica daquelas demandas exige a intervenção ativa da subjetividade, pois elas não são algo que se mostre com clara e meridiana evidência à primeira vista. São elementos moventes e movidos de cada momento histórico. (TONET, 2013b, p. 92).

No capital, a propriedade privada faz com que a sociedade se organize em classes, as mais fundamentais são: a classe trabalhadora⁵ e a classe burguesa (capitalistas), há também outras que intermedeiam essas. O antagonismo dessas classes é expresso pela distinção entre suas finalidades, a primeira pretende a superação dessa forma social que obstaculiza o pleno desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos que dela fazem parte. Já a segunda classe, a burguesa, tem por finalidade a produção e reprodução dessa forma social que possibilita sua dispensa ao trabalho e lhe fornece acumulação de riqueza – uma vez que outro realiza sua parcela social de trabalho - para se dedicar a outras tarefas.

Para Tonet (2013b), as classes sociais⁶ são o sujeito fundamental da história e do conhecimento. A história da sociedade é a história da luta de classes, desde que surgiram as classes sociais há aproximadamente 6.500 anos, é a partir dessa luta que se desenrola os processos sociais. Com isso, “[...] a conquista e a manutenção do domínio de uma classe sobre outras exige que a classe que quer dominar lance mão não apenas de forças materiais, mas também de forças não materiais (ideias e valores)” (TONET, 2013b, p. 16). Por isso, a forma de explicar o mundo é fundamental para manter o domínio de uma classe sobre a outra, mas também, por outro lado, a

⁵ O setor fundamental da classe trabalhadora são os proletários, aqueles que produzem e valorizam capital. Marx definiu o proletariado, em O Capital, da seguinte maneira: "A acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado. [...] por 'proletário' só se deve entender economicamente o assalariado que produz e valoriza 'capital' e que é jogado na rua assim que se torna supérfluo para as necessidades de valorização de 'Monsieur Capital' [...]". (MARX, 2013, p. 690, nota de rodapé 70).

⁶ As classes sociais são entendidas por Tonet (2013b), como grupos de indivíduos originados no processo de produção e apropriação da riqueza. Cada grupo tem interesses básicos, comuns a todos. As sociedades de classes são constituídas por uma classe possuidora da força de trabalho e que produz a riqueza e outra que possui os meios de produção e se apropriam da maior parte da riqueza produzida. Entre essas duas classes há outras que não produzem riqueza material, mas se apropriam dela.

explicação é fundamental para compreender as reais relações estabelecidas a fim de superá-las.

Dessa perspectiva, “as duas classes fundamentais – burguesia e proletariado – põem demandas radicalmente diferentes. Estas demandas dão origem a dois padrões cognitivos também radicalmente diferente” (TONET, 2013b, 109). Tais padrões são orientados pela finalidade última que cada classe social tem. No que se refere à classe dos trabalhadores é ela que, nas contradições do capital, tem a potencialidade de superar essa forma social. É dela que deve partir um conjunto de ideias e valores, fundamentados por uma teoria revolucionária, por uma consciência revolucionária que faça a crítica radical a essa forma social.

A possibilidade da superação do capital já está posta nessa sociedade, as condições, o germe para o socialismo está nessa sociedade. No próprio trabalho, pelo desenvolvimento das forças produtivas e redução do tempo de produção para satisfazer as necessidades humanas. O reino da liberdade para Marx é essa diminuição do tempo de trabalho, por meio da apropriação comunistas dos meios de produção e a ampliação do tempo da liberdade para desenvolver outras atividades.

A característica de o trabalho transformar conscientemente a realidade, possibilita a mudanças na consciência, na base econômica e na realidade. A base econômica da sociedade capitalista com suas contradições também cria as condições de uma consciência revolucionária, também cria a base para uma revolução social, têm-se condições de educar para consciência crítica, não apenas dos valores, mas é a consciência revolucionária, com a teoria revolucionária para mudar não apenas os valores, mas mudar radicalmente a base da sociedade por meio de intervenções políticas, visando a superação radical do capital e a objetivação da liberdade plena.

Ao captarem problemas sociais que limitam e obstaculizam o desenvolvimento e a liberdade humana, teóricos educacionais colocam a necessidade de formar uma consciência crítica que vá por meio de valores e atitudes mudar a realidade. Partindo dessa perspectiva, alguns educadores buscam fundamentos na fenomenologia centralizando no indivíduo e secundarizando as relações histórico-sociais; outros avançam no entendimento histórico-social das relações humanas e colocam a necessidade de mudanças sociais que reduzam as desigualdades, todavia se limitam a uma consciência crítica que tem a potencialidade de reformar as relações sociais do capital, mas não sua superação. Para isso, é necessária uma teoria radical que vá à

raiz dos problemas, ou melhor, à base material, uma consciência revolucionária que origine práticas políticas revolucionárias.

A emancipação política, na atual forma social, se limita à cidadania e nas contradições das relações capitalistas é algo fundamental de se alcançar, pois, possibilita atender parte das necessidades sociais. No entanto, o fim último deve ser a emancipação humana, que para Marx é a plena liberdade, na qual o homem possa desenvolver suas potencialidades. Portanto,

Não há dúvida que a emancipação *política* representa um grande progresso. Embora não seja a última etapa da emancipação humana em geral, ela se caracteriza como a derradeira etapa da emancipação humana *dentro* do contexto do mundo atual. (MARX, 1991, p. 28).

A possibilidade da emancipação humana está dada nessa forma social, na qual o desenvolvimento das forças produtivas, a ampliação do conhecimento científico acerca da natureza e as possibilidades da produção ampliada, dentre outras condições, colocam na história da humanidade a alternativa de efetivação da forma social do trabalho associado “[...] aquele tipo de relações que os homens estabelecem entre si na produção material e na qual põe em comum as suas forças e detêm o controle do processo na sua integralidade”. (TONET, 2013a, p. 83).

Só é possível libertar os homens se estiverem condições de obter alimento, bebida, habitação, vestimenta, etc. adequadas. A libertação se dá por meio das condições reais/históricas possibilitada pela ruptura das atuais relações em que a produção humana está voltada para a valorização do valor. Portanto, “a revolução comunista é a ruptura mais radical com as relações tradicionais de propriedade. Não admira que, no curso de seu desenvolvimento, rompa radicalmente com as ideias tradicionais”. (MARX; ENGELS 2010, p. 59).

Segundo Tonet (2013b), na produção do conhecimento há uma articulação entre o sujeito coletivo e o individual, sendo o primeiro dominante. Os indivíduos elaboram teorias e visões de mundo nas quais expressam os interesses de classes. O projeto burguês, por sua natureza, não pode ultrapassar as classes sociais, não pode superar a exploração do homem pelo homem, impedindo que todos os indivíduos possam se realizar plenamente. Já o projeto do proletariado, por sua natureza, implica a superação de toda forma de exploração do homem pelo homem e a realização plena de todos, por isso é universal, o modo de produção comunista.

O trabalho associado pressupõe o fim da propriedade privada, dos meios de produção, bem como o fim da organização em classes sociais; juntamente com elas inviabiliza atitudes, comportamento e valores que inviabilizam o desenvolvimento das potencialidades humanas. O trabalho – reino da necessidade – sobre a forma associado promove o afastamento das barreiras naturais e limita o tempo de trabalho e amplia o tempo verdadeiramente livre – o reino da liberdade. Com isso,

Dadas a intensidade e a força produtiva do trabalho, a parte da jornada social de trabalho necessária para a produção material será tanto mais curta e, portanto, tanto mais longa a parcela de tempo disponível para a livre atividade intelectual e social dos indivíduos quanto mais equivalentemente o trabalho for distribuído entre todos os membros capazes da sociedade e quanto menos uma camada social puder esquivar-se da necessidade natural do trabalho, lançando-a sobre os ombros de outra camada. O limite absoluto para a redução da jornada de trabalho é, nesse sentido, a generalização do trabalho. Na sociedade capitalista, produz-se tempo livre para uma classe transformando todo o tempo de vida das massas em tempo de trabalho. (MARX, 2013, p.597).

Com o trabalho associado, o tempo livre seria destinado ao desenvolvimento das possibilidades especificamente humanas. Conforme Marx e Engels (2005) explicam:

[...] na sociedade comunista, onde o indivíduo não tem uma única atividade, mas pode apropriar-se no ramo que o satisfaça, a produção geral é regulada pela que me dá a possibilidade de hoje fazer determinada coisa, amanhã outra, caçar pela manhã, pescar à tarde, criar animais ao anoitecer, criticar depois do jantar, segundo meu desejo, sem jamais me tornar caçador, pescador, pastor ou crítico. (MARX; ENGELS, 2005, p.59-60).

Considerando que a história é uma construção humana e que é possível ao homem fazer escolhas dentre aquelas possibilidades históricas e sociais e considerando, ainda, que a possibilidade de ruptura dessa forma social para outra superior está dada é possível direcionar o processo educativo para a consolidação de relações sociais que tenham por fim último a emancipação humana. No item a seguir, apresenta-se uma prévia das possíveis atividades educativas emancipadoras que têm por finalidade última a emancipação humana.

Considerando a história como uma construção humana independente de determinismos naturais ou sobrenaturais e também, analisando a atual conjuntura educacional, Tonet (2013a, 2014) desenvolve estudos sobre a possibilidade de realizar, na educação escolar, atividades que tenham um caráter emancipador. O

autor esclarece que essas atividades têm por fim último a emancipação humana, tendo por base uma sociedade plenamente livre.

As atividades educativas emancipadoras expressas por Tonet (2014) não pretendem, de forma alguma, estabelecer que a educação, por si só, tenha possibilidade de emancipar o homem, nem mesmo que a educação escolar seja o elemento chave para isso. Suas formulações se referem ao processo de conquista da emancipação humana, aos “conhecimentos de caráter revolucionário [que] é aquele que permite compreender qualquer objeto de estudo – seja ele natural – como um momento do processo de construção da totalidade do ser social” (TONET, 2014, p.16-17).

As atividades educativas emancipadoras têm por objetivo a emancipação humana que, de acordo com os estudos de Marx e Engels, se referem a forma de sociabilidade comunista fundada pelo trabalho associado. Entendendo que:

[...] Trabalho associado é uma forma de trabalho na qual todos os indivíduos, segundo suas possibilidades e capacidades, põem em comum suas forças para contribuir na produção dos bens materiais necessários à existência humana. Essa colaboração deverá ser livre, consciente, coletiva e universal. O ponto de partida deverá ser as necessidades autenticamente humanas e toda produção deverá ser voltada para o atendimento dessas necessidades. (TONET, 2016, p. 106).

Para a efetivação desse modo de produzir a vida é indispensável o desenvolvimento das forças produtivas e abundância da produção, de modo a ser suficiente para atender às necessidades de todos. Na sociedade comunista, o trabalho associado possibilita aos indivíduos uma diminuição do tempo de trabalho necessário e aumento do tempo livre. Com isso, os indivíduos terão de fato tempo livre para desenvolver suas potencialidades humanas na arte, ciência, filosofia, lazer, dentre outras. (TONET, 2016).

Além de ter por objetivo a emancipação humana, possível em uma sociedade plenamente livre, as atividades educativas emancipadoras também devem estar articuladas com as práticas revolucionárias de luta de classe. Isso porque, mesmo sendo indispensável o acesso ao conhecimento sistematizado mais avançado, ele não é suficiente. É necessário um conhecimento revolucionário que contribua com a superação dessa forma social e com a construção de uma sociabilidade plenamente livre.

Nessa perspectiva, as lutas econômicas de caráter reformista que têm por fim último a conquista da cidadania burguesa que contribui com a manutenção do capital é importante na medida em que possibilitam conquista de direitos dentro da forma social do capital. No entanto, se limita a ela. As atividades educativas emancipadoras estão associadas à luta de classe revolucionária, guiada pela classe trabalhadora que objetiva a superação radical do capital, bem como as categorias - formas de ser - que o constitui.

Conclusão

A análise minuciosa do trabalho em sentido abstrato, ou seja, independente das condições concretas e reais (algo possível somente em termos de análise) possibilita apreender o pôr teleologicamente orientado e conhecer a gênese do reflexo da realidade pela consciência, bem como, a gênese dos valores e dos processos valorativos e ainda, indicar suas funções sociais nesse processo ontológico. A consciência é o reflexo da realidade na mente humana, portanto, a realidade existe independente de o homem ter ou não consciência de sua existência. Nesse sentido, a ciência, o conhecimento das coisas em sua essência, é o reflexo mais correto da realidade. Os processos valorativos, ou seja, o julgamento das possibilidades, a busca do meio mais adequado para atingir uma finalidade têm sua gênese na posição teleológica, no entanto, não se restringe ao trabalho; estando presente em todas as ações humanas, os valores se originam das relações concretas estabelecidas socialmente.

As formas sociais da história humana, ou seja, o modo de produção, possui uma forma de trabalho que funda todas as relações sociais; desde aquelas relações do homem com a natureza (teleologia primária) até as relações entre os homens (teleologia secundária). A atual forma social, o capital, fundada sob o trabalho assalariado se estabelece a partir de relações mediadas por mercadorias, no entanto, a essência do capital não é a produção de mercadorias, mas a valorização do valor, ou seja, o acréscimo de um valor a mais do que aquele despendido na produção de mercadorias. Em decorrência, a forma predominante do trabalho atual tem por finalidade última acumular mais-valia, o que obstaculiza o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas, uma vez que, sua finalidade é diferente do desenvolvimento humano, em seus aspectos mais amplos.

As tensões geradas por essa forma social em decorrência do aumento do emprego do capital constante (matérias-primas, matérias auxiliares e meios de trabalho), com a intenção de diminuir o tempo gasto na produção unitária de mercadoria e pela diminuição absoluta ou relativa do capital variável (força de trabalho) resultam em crises, uma vez que, diminui a única mercadoria capaz de, na produção, gerar um valor a mais (força de trabalho). As crises são próprias da forma de ser do capital, fazem parte do seu ciclo e, quando ocorrem, colocam a necessidade de reestruturar a produção a fim de restabelecer os níveis de produção de mais-valia. Em decorrência, estabelece-se estratégias para manter a reprodução do capital, para isso, contam com reformas de Estado para organizarem a sociedade de modo a garantir a manutenção da ordem social, quando necessário assumem formas autoritárias diretas, por meio do emprego de forças armadas e um conjunto de ideias que fomentem o consenso social.

Formar consciências críticas capazes de criarem valores humanistas que vão, em última instância, desencadear comportamentos e atitudes que atendam aos problemas sociais é de fundamental importância para aqueles que pretendem mudar a realidade. No entanto, tal finalidade quando pretendida por meio da consciência crítica, se faz compatível com reformas econômicas e reformulações educacionais que garantem a conservação da atual forma social, o capital. Transformações radicais nos valores, na consciência, no comportamento e na ciência requer transformações radicais em seu germe, no trabalho. Enquanto a sociedade estruturada sob a base econômica capital, a ciência e a finalidade das produções humanas seguirão, predominantemente, os objetivos de valorizar o valor (gerar mais valia) e não o desenvolvimento das potencialidades humanas. Além disso, a ciência, elaborada por indivíduos frutos de seu tempo, pode avançar, ou não, no entendimento correto da realidade, pode direcionar para a manutenção, reforma ou superação desse modo social de produzir.

A reprodução cíclica do capital, a realidade objetiva ocorre sem a determinação da consciência. De acordo com Marx, as ideias mudam a consciência - algo importante - mas não a realidade. Portanto, as perspectivas educacionais que têm a finalidade de formar individualidades que garantam a reprodução desse modo podem estar, nas melhores das intenções, orientadas pela finalidade da emancipação política. Nessa concepção a educação passará por reformas, reorientações que inclusive podem

direcionar para questões mais humanas, como os valores e a consciência, no entanto, sua gênese e função social não são alteradas; em essência são concepções conservadoras. Por outro lado, a concepção marxista, ao analisar minuciosamente o modo de produção capitalista e suas consequências para o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas indica a emancipação humana, objetivada com a superação dessa forma de sociedade, como possibilidade desse desenvolvimento.

Dentro das possibilidades da atual forma social, Tonet (2013a) aponta alguns requisitos para a realização de atividades educativas emancipatórias, que têm por objetivo a emancipação humana, como alternativas para alcançar tal finalidade. Inicialmente, destaca que as escolhas devem ser orientadas pela finalidade última da emancipação humana, guiada por valores históricos e socialmente fundados, apontando para uma forma superior de sociabilidade. Na sequência, assinala a necessidade de apropriação do processo histórico real, das situações concretas, dos fundamentos do capital, como a sociedade funciona e suas consequências para a autoconstrução do gênero humano; elaboração do conhecimento a partir da práxis humana e da crítica às concepções dominantes que colocam a centralidade no sujeito. Também adverte sobre a importância da compreensão da natureza da educação, sua função social, sua influência sob as concepções de mundo, valores, atitudes e comportamentos, sempre orientados pela emancipação humana. Além disso, coloca o indispensável domínio dos conteúdos específicos de cada área e a busca pelo conhecimento mais avançado no que diz respeito ao saber e às técnicas já desenvolvidas pela humanidade. Por fim, enfatiza a relevância do engajamento nas lutas sociais; não que a educação tenha por si só a possibilidade de transformar a sociedade, mas a necessidade de articular a educação com as lutas da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ANDERY, Maria Amélia Pie Abib; et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 6. ed. rev. e ampl., Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

COSTA, Gilmaisa Macedo da. **Indivíduo e sociedade: sobre a teoria de personalidade em Georg Lukács**. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

ENGELS, Friedrich. **O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem**. 1. ed. Neue Zeit, 1876. Disponível em: 200

<<http://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>>. Acesso em: 05 de maio de 2017.

LESSA, Sergio. Lukács, Trabalho e classes sociais. In.: COSTA, Gilmaisa; ALCÂNTARA, Norma (org). **Anuário Lukács 2014**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014. p. 235-255.

_____. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. 3. ed. rev. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LUIZ, Jessica Martins Marques. **Políticas públicas para a educação básica nos anos de 1990: a redefinição de valores**. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2017.

LUKÁCS, Georg. **A destruição da razão**. Tradução de Bernard Herman Hess; Reiner Patriota; Ronaldo Vielmi Fortes, revisão de Ester Vaisman; Ronaldo Vielmi Fontes. São Paulo: Instituto Lukács, 2020. (colação fundamentos).

_____. O trabalho. In:____ **Para uma ontologia do ser social**. Tradução de Ivo Tonet, cap. 1, tomo II. Alagoas, Universidade Federal de Alagoas, 1986.

MARTINS, Joel; BICUDO, Maria Aparecida Virggiani. **Estudos sobre existencialismo, fenomenologia e educação**. São Paulo: Moraes, 1983.

MARX, Karl. **A Questão judaica**. 2ed. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro primeiro: o processo de produção do capital, tomo 1. Tradução de Regis Barbosa e Flávio. Kothe, São Paulo: Nova Cultura, 1996.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro II: o processo de circulação do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Feuerbach – A Contraposição entre as Cosmovisões Materialista e Idealista. Coleção a obra-prima de cada autor, São Paulo: Martin Claret, 2005.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Trad. Carlos Alberto R. de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

NETTO, José. Paulo. **Relendo a teoria marxista da história**. Anais do IV Seminário de estudos e pesquisas “História, sociedade e educação no Brasil”, UNICAMP – FE-

HISTEDBR. 1997, p. 74 – 84. Disponível em: <http://fe.unicamp.br/html/histedbr>. Acesso em: 03 jul. 2019.

TONET, Ivo. **Atividades educativas emancipadoras**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 9-23, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 4 ago. 2021.

_____. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2013a. Versão online. Disponível em: http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/EDUCACAO_CIDADANIA_E_EMANCIPAEM_A_HUMANA.pdf. Acesso em: 10 de out. 2017.

_____. **Marxismo, religiosidade e emancipação humana**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

_____. **Método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013b.